

tisfeitos, tinham sido contidos. Sua principal estrela, o general Sylvio Frota, recolhera-se ao silêncio.

Aquele mar, no entanto, estava longe de ser tranquilo.

As pesquisas de opinião pública assinalavam força crescente das oposições nos estados e cidades mais importantes. Era um dado aparentemente irreversível, sobretudo porque o quadro econômico não era nada animador. As coisas iam mal e era provável que piorassem. Não gratuitamente, segmentos conservadores – lideranças e bases sociais – moviam-se, cada vez mais, para posições críticas ao regime ditatorial. Por outro lado, os aparelhos de segurança radicalizavam-se e endureciam, culminando ainda propostas de “virar a mesa”.

Do ponto de vista político-jurídico, as linhas básicas do novo estado de direito eram questionadas como ilegítimas por parte das oposições. Se caíssem, como elas queriam, o que surgiria em seu lugar? O próprio presidente da República, eleito indiretamente em novembro de 1978, teria condições de completar o “aperfeiçoamento” do regime democrático? Ou recorreria, mais cedo ou mais tarde, como os anteriores, à força bruta, a novos Atos Institucionais? Quais as consequências que adviriam de uma amnistia, por mais restrita que fosse? Finalmente, mas não menos importante, como se comportariam os novos movimentos sociais, dessencadeados a partir de maio? Onde tudo aquilo iria parar?

A ditadura ficara para trás, ao menos temporariamente. A sociedade, inquieta e esperançosa, dava os primeiros passos para uma transição ainda indefinida.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1985*. Rio de Janeiro : Zahar, 2014

6. A transição democrática (1979-1988)

CHAMAMOS DE TRANSIÇÃO democrática o período que se inicia com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e termina com a aprovação de uma nova Constituição, em 1988. De transição, porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou de um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como “entulho autoritário”, a um estado de direito democrático, definido por uma Constituição aprovada por representantes eleitos pela sociedade.

A particularidade da história brasileira – memória e história

No Brasil, ocorreu uma particularidade: o restabelecimento do estado de direito não coincidiu com a instauração de uma Constituição democrática. O país deixou de ser regido por uma ditadura – predominio de um estado de exceção, quando prevalece a vontade, arbitrária, dos governantes, que podem fazer e desfazer leis – sem adotar de imediato, através de uma Assembleia eleita, uma Constituição democrática. Em outras palavras: no período de transição já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia.¹

Atestam-no numerosas evidências: ausência de leis de exceção; liberdade de imprensa; funcionamento regular dos tribu-

nais; restabelecimento pleno dos institutos do *habeas corpus*, da vitaliciedade e da inamovibilidade; pluralismo partidário e sindical; eleições regulares disputadas por diferentes partidos, com o reconhecimento dos eleitos, independentemente da respectiva filiação partidária; poderosos movimentos sociais – greves gerais e manifestações políticas – desenvolvendo-se livremente; inexistência de presos e de exilados políticos.

Pode-se chamar, *a posteriori*, a transição de democrática porque ela desembocou efetivamente num regime constitucional democrático, embora isso não estivesse dado, desde o início, como destino inevitável. Conforme vereemos, não faltaram ameaças de retorno à ditadura, que não prevaleceram.

No entanto, o senso comum, dado pela memória social e reforçado por grande parte da historiografia, data a posse do presidente José Sarney, em 1985, como assinalando o fim do período do regime ditatorial. Um paradoxo, pois Sarney, desde 1964, quando abandonou suas posições de esquerda moderada para aderir ao golpe, foi, incontestavelmente, um homem do “sistema”, um alto dirigente da Arena, tendo ocupado importantes postos de responsabilidade durante o período ditatorial. Só em 1984, depois do fim do regime de exceção, é que Sarney deixou o Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da Arena, do qual foi presidente, para desempenhar papel indispensável na eleição – indireta – da chapa formada por Tancredo Neves e ele próprio, que saiu vencedora. Com a morte de Tancredo, que nem sequer chegou a tomar posse, coube portanto a Sarney, um homem da ditadura, tornar-se o primeiro presidente civil, 21 anos depois do golpe de 1964.

Apesar dos fatos, e como acontece com frequência, a historiografia continua, até hoje, saturada de memória. Como

se sabe, referências cronológicas não são objetivas, não estão lá, antes que a história se faça, determinando seus caminhos como marcos postados à margem de uma estrada já construída. A cronologia, ao contrário, tende a ordenar a reflexão histórica, condicionando-a em diferentes direções, segundo escolhas bem determinadas.

No Brasil, formou-se ampla coligação de interesses e vontades a favor da ideia de que a ditadura teria se encerrado em 1985. Na base dessa verdadeira *frente social, política e acadêmica*, estava uma ideia-força de modo nenhum respaldada pelas evidências – a de que a ditadura fora obra apenas dos militares, reconstruídos como *bodes expiatórios*, responsáveis únicos pela *noite escura e pelos anos de chumbo*. Como se viu ao longo deste livro, embora os militares tenham sido protagonistas – inequíveis – de primeiro plano, tendo exercido sempre a Presidência da República, além de inúmeros outros papéis relevantes, a ditadura nunca foi obra exclusivamente sua.

Na gênese, houve as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A heterogênea frente que respaldou o triunfo do golpe decantou-se de maneira ziguezagueante e contraditória, o que ensejou sucessivamente os movimentos de 1968 e os anos de ouro – e de chumbo – da ditadura. Mesmo no apagar das luzes do regime ditatorial, em 1978, a Arena ainda conseguiu ganhar diversas eleições e ter o maior número de sufrágios. Ao longo do processo, nos ministérios, nas agências e empresas estatais, nas academias e universidades, nas assessorias de imprensa que se multiplicavam, na Igreja, nos governos e nos parlamentos, nas estruturas sindicais, urbanas e rurais, nos próprios aparelhos repressivos e até mesmo nas louvadas trincheiras da liberdade – a OAB, a ABI e a CNBB, como já men-

cionado – estiveram presentes e atuantes civis que apoavam o regime ou que a ele se subordinavam por motivação variada.

A ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais – múltiplas e diferenciadas.

Definir e defender o marco cronológico de 1985 pode ensejar – e tem ensejado – a construção de *bodes expiatórios*, um antigo recurso da espécie humana, eficaz para promover a coesão social e nacional, impróprio para a construção do conhecimento.

Ao contrário do que sustenta outro senso comum – o de que “o brasileiro não tem memória” –, o povo mostra que tem, sim, memória, e que a exerce em detrimento do conhecimento. Não foi o primeiro nem será o último a fazê-lo. A sociedade francesa, depois da Segunda Guerra Mundial, agiu da mesma forma – e ainda o faz – com relação ao difícil inventário do colaboracionismo com a dominação nazista. A sociedade alemã não fica atrás quando se trata de refletir sobre as bases sociais e históricas do nazismo. E o que dizer da Itália fascista ou da União Soviética stalinista? É sempre difícil encarar as razões e as desrazões da colaboração com regimes que se tornaram odiosos. É fácil e eficaz – e menos doloroso – quebrar o retrovisor e olhar para a frente. E silenciar. O marco cronológico de 1985 estende um denso manto de silêncio sobre as bases sociais e políticas – civis – da ditadura. Enquanto persistir, serão escassas as chances de compreender o passado.

O ano de 1979: as greves operárias e o verão da anistia

O novo governo, chefiado pelo general João Baptista Figueiredo, entrou em funções em março de 1979 em meio às turbu-

lências proporcionadas por uma nova greve dos metalúrgicos de São Bernardo. Um primeiro teste e um indício claro de que as coisas seriam doravante bem mais complexas, inclusive porque o presidente da República já não dispunha de instrumentos de exceção para conter as oposições que brotariam de todos os lados.

Os operários paulistas, sempre conduzidos por Lula, que, apesar de relativamente jovem, se consolidava como uma grande liderança, estavam mais bem organizados, não apenas nas fábricas, mas também nos bairros em que moravam, apoiados pelos vizinhos e amigos, pelas organizações católicas, pela igreja local, sem falar na simpatia que inspiravam nas oposições, do MDB à mais esquerdistas das organizações clandestinas remanescentes.

Houve o enfrentamento com os patrões, apoiados pelo governo. E a mobilização da legislação autoritária contra o movimento dos operários. Em pouco tempo, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo foi fechado, a diretoria, destituída, as lideranças, presas. Mas o movimento, melhor estruturado que em 1978, resistiu por quase um mês e meio. Afim, sobreveio o revés, porém a derrota não foi catastrófica. Ao contrário: os líderes acabaram libertados e se tornaram rapidamente heróis de seus liderados, reforçados em sua autoridade e prestígio.

Ao mesmo tempo, tornou-se tarefa impossível “despoliticizar” o processo de lutas, como se havia sustentado, por convicção entre patrões e governo revelara-se de modo insofismável. Aquele governo tinha um lado – os patrões – e o apoiaava com todas as suas forças. Evidenciou-se igualmente o descolamento do MDB em relação às lutas sociais. Era, sem dúvida, um par-

tido simpático aos operários, disposto a ajudá-los, mas como se fora uma espécie de entidade externa, vocacionada para outras lutas e outras esferas, a saber, o jogo político-eleitoral.

Também apareciam como "externas", ou eram assim caracterizadas, as duas grandes tradições das esquerdas brasileiras: o trabalhismo e o comunismo. Leonel Brizola no exílio, em Lisboa, Portugal, estava prestes a lançar um novo PTB, reunindo velhos dirigentes, correligionários e militantes que haviam participado da luta armada. Autocriticando antigas inclinações revolucionárias, abraçando projetos reformistas moderados, articulava-se com a Internacional Socialista (IS) e se propunha a revisar as práticas e as teorias das esquerdas, defendendo uma nova síntese: o *socialismo moreno*. Não tinha nada a dizer aos – ou sobre os – movimentos sociais que irrompiam no Brasil.

Já o PCB, profundamente golpeado em anos anteriores, reorganizara o comitê central no exílio e observava com entusiasmo e boa disposição o processo, ainda que de longe e com alguma desconfiança. Dividido em alas que cedo se mostrariam inconciliáveis, parecia seguro de que aquela coisa toda iria acabar caindo no colo – ou nas mãos – dos comunistas, como se empurrada por alguma força de gravidade misteriosa. Afinal, em sua teoria, o PCB era o partido da classe operária, e a classe operária não tinha mais do que um partido: o próprio PCB.

No entanto, o que se afirmava era o protagonismo dos líderes sindicais, cada vez mais reconhecido por todos, mesmo por aqueles que aspiravam apenas instrumentalizá-los. Entre muitos e muitos outros, Luiz Inácio Lula da Silva, José Ciccote, Henos Amorim, presidentes dos sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco, respectivamente; Paulo Skromov, do sindicato dos correiros; Jacó Bittar, dos

petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos bancários de Porto Alegre. Em torno deles, articulava-se uma inusitada constelação. Contavam-se aí militantes provenientes das esquerdas revolucionárias, das comunidades vinculadas às várias expressões do catolicismo social e intelectuais críticos às tradições trabalhistas e comunistas.

Toda essa gente, heterogênea, começou a elaborar e a amadurecer a perspectiva de participar com autonomia dos desafetos da República. Nesse sentido, caberia aos trabalhadores pensar num partido específico, que eles mesmos pudessem constituir e liderar. Em filigrana, brotava a ideia do que seria o Partido dos Trabalhadores (PT). Em termos imediatos, asseguraria a relevância das lideranças operárias emergentes. Para os católicos, era um jeito de salvar os trabalhadores das influências trabalhistas e comunistas, consideradas nefastas por eles. Quanto aos militantes revolucionários, que comparavam essas convicções, mas de outros ângulos, viam aquilo tudo pelo prisma de um lema histórico de que gostavam e que parecia esquecido: "A emancipação dos trabalhadores só depende dos trabalhadores."

No contexto internacional, o "despertar" dos trabalhadores brasileiros, porque o exemplo de São Bernardo continuava a se estender por outros estados,atraía atenções e suscitava entusiasmos. Subitamente, a classe operária no país, que parecia adormecida, surgia como uma das mais ativas e combativas em escala mundial. Empolgados, muitos intelectuais, bem à brasileira, já cunhavam a expressão que se tornou um mantra: o *novo sindicalismo, a nova classe operária*.

Restava compreender como pudera aparecer o *novo* em tão antiquadas organizações, porque elas haviam surgido no con-

texto de uma ditadura, a do Estado Novo, que datava dos anos 1940, e haviam sido mantidas e desenvolvidas por uma outra, que mal se encerrara, a instaurada em 1964. A incômoda questão, levada a sério, suscitaria doloroso inquérito sobre essa notável estrutura, capaz de atravessar diferentes conjunturas, refazendo vidas como um felino de sete fôlegos.² Preferiu-se encobrir o fenômeno com uma retórica altissonante e revolucionária. Num arrubro típico, e depois de ter afirmado que não queria intelectuais e estudantes se intrometendo com os operários, Lula afirmou que o AI-5 dos trabalhadores era a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Uma senha para afastar comunistas e trabalhistas. Entretanto, tais críticas contundentes ao corporativismo sindical estatista, embora provenientes de líderes sindicais formados nessas mesmas estruturas, longe de parecerem incongruentes, provocavam euforia e faziam arder as imaginações.

Derrotada a greve de São Bernardo, a dupla João Baptista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva iria dedicar-se à elaboração e à aprovação de duas leis fundamentais – a da Anistia e a da Reforma Partidária. Delicados elos, difíceis nós a serem desatados para que se afirmasse o estado de direito autoritário. Com esses objetivos, acionariam a maioria arenista conquistada em 1978, incluindo-se aí os senadores “biônicos”.

Do ponto de vista do governo, a Lei da Anistia teria que, simultaneamente, promover a libertação dos presos remanescentes, o retorno dos exilados e a proteção dos aparelhos de segurança, denunciados como executores da tortura como política de Estado. Considerando as oposições crescentes, à direita e à esquerda, não seria uma tarefa fácil.

Os comitês de anistia, organizados em diversos estados e contando com amplo respaldo da opinião pública internacional

progressista, exigiam uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. Agitavam a sociedade com manifestos, encontros e manifestações públicas que, às vezes, chegavam a congregar dezenas de milhares de pessoas. Alguns setores, mais radicais, acrescentavam, no embalo, que seria necessário desmantelar os órgãos repressivos e proceder ao julgamento dos torturadores. Outros, moderados, ligados ao MDB e ao PCB, concordavam com a exclusão dos chamados “crimes de sangue”, uma reivindicação das forças mais conservadoras que seria “realista” aceitar. Tratava-se de concordar com o possível, numa primeira etapa. Mais tarde, se veria o caso dos acusados de “crimes de sangue”. As direitas também se dividiam, desde os que não queriam falar do assunto aos que o admitiam, contanto que a anistia fosse parcial, deixando de lado os “terroristas”, acusados de mortes matadas ou do que chamaravam de “sequestros”.

No debate que se instalou, quando a sociedade brasileira teve uma primeira oportunidade de exercitar a memória – e de elaborar seus silêncios – sobre o passado recente, afirmaram-se algumas interessantes (*re)construções históricas*, verdadeiros deslocamentos de sentido que se fixaram como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos e não a versões consideradas apropriadas por seus autores.

Um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários de uma ampla anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, o caráter revolucionário da proposta que havia moldado aquelas esquerdas. Ou seja, apagou-se o fato de que eram partidárias de uma ditadura revolucionária para efetuar as transformações radicais, essenciais à construção de uma sociedade livre

da exploração e da opressão. Do ponto de vista histórico, não havia aí nada de inusitado ou excepcional, pois os modelos revolucionários do século XX haviam desembocado, realmente, em experiências ditatoriais.

Já as forças de direita retomaram o discurso da polícia política, reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na existência da qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento, acreditaram. Com base nessa tese (“se houve uma guerra, os dois lados devem ser considerados”), que reconhecia o caráter “sujo” do conflito, sustentava-se que os “dois demônios” deveriam ser considerados – e anistiados.* Fazia-se aí a economia de uma gritante evidência: não houvera guerra alguma, e sim um enfrentamento extremamente desigual entre um poderoso Estado e suas Forças Armadas contra alguns milhares de revolucionários e seus simpatizantes.

O argumento tinha uma lógica e um objetivo: introduzir na Lei da Anistia dispositivos que, de forma dissimulada, pudessem garantir uma inusitada figura jurídica, a *anistia recíproca*, por meio da qual seriam anistiados, num único movimento, os torturados e os torturadores. A manobra provocou certo escândalo e suscitou protestos. Não à toa a lei, sancionada em 28 de agosto de 1979, seria aprovada por margem reduzida (206×201 votos). Outras restrições foram

embutidas, entre elas a que excluía do benefício da lei os chamados “crimes de sangue”, e a que submetia a reintegração dos anistiados nos empregos anteriores ao crivo de comissões especiais de triagem. Só um pouco mais tarde, com a reformulação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e a redução drástica das penas, é que foi possível libertar as dezenas de presos políticos remanescentes. Saíram da prisão, embora não anistiados.*

Os debates da época ensejaram ainda uma terceira reconstituição, de ordem bem mais geral: a sociedade se reconfigurou como tendo se oposto, sempre, e maciçamente, à ditadura, transformada em *corpo estranho*. Redesenhou-se o quadro das relações complexas entre sociedade e ditadura, que apareceu como permanentemente hostilizada pelas gentes. Construiu-se o silêncio sobre o amplo movimento de massas que, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, legitimou socialmente a vitória do golpe. Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas ao longo dos anos 1970 e que, no limite, constituíram fundamentos do próprio processo de distensão, lento, seguro e gradativo. Figuras notáveis e veneráveis instituições, que haviam apoiado a ditadura no início ou em algum outro momento, apareceram reapresentadas como democratas sem mácula. Um político imaginativo – Leonel Brizola – empregou, então, uma curiosa metáfora: o povo brasileiro, macunaimicamente, comera a ditadura, mastigando-a com vagar, a digerira e se preparava agora para expeli-la pelos canais próprios. Um verdadeiro achado. A sociedade brasileira não só resistira ao regime midiática, embora a tese seja amplamente condenada pelas instâncias jurídicas internacionais.

* A tese dos “dois lados” – “dois demônios”, equiparando os revolucionários e a polícia política, foi, anos mais tarde, elaborada e defendida na Argentina. Antes de ser revogada, foi adotada por algum tempo pelo Estado no país vizinho. Em abril de 2010, o STF acolheu, por 7×2 , a peregrina ideia, embora a tese seja amplamente condenada pelas instâncias jurídicas internacionais.

* Só anos mais tarde, em 1985, é que seriam, afinal, anistiados.

litar, como também o vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima.

Ernest Renan, pensador francês de fins do século XIX, dizia, com senso prático e nenhum cinismo, que, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento como memória. A rigor, na sociedade brasileira de então, e como ocorre frequentemente, preferiu-se, como memória, o silêncio. Em outras palavras, o silêncio como forma de memória.³

O retorno dos exilados e a libertação dos presos, dada a pluralidade de trajetórias e expectativas, levaram a uma certa cacofonia.

Os mais moderados, comunistas do PCB e do PC do B, enfatizavam a necessidade de cautela. Sobretudo entre os primeiros, ainda assombrados pela derrota de 1964, tratava-se de impedir o retorno do “esquerdismo”, que poderia precipitar desastres. Era preciso permanecer no MDB e fortalecê-lo, até que fosse possível convocar uma Assembleia Constituinte. Em resumo: tudo era muito frágil para que movimentos bruscos pudessem pôr em risco o que já fora conquistado. De modo geral, embora trabalhando em faixa própria, encontrava-se também entre os moderados Leonel Brizola, dedicado a organizar um partido próprio e multiplicando afagos ao presidente Figueiredo.

Através de nuances diferenciadas, chegava-se ao campo de esquerdas mais radicais, fragmentadas em pequenas organizações e grupos. Para elas, a ditadura ainda estava viva, através das legislações autoritárias e da permanência, intacta, dos aparelhos repressivos. A aposta deveria ser feita nas greves operárias e nas lideranças do *novo sindicalismo*. Não se perdia a esperança de que os movimentos sociais pudessem criar uma crise revolucionária, levando, quem sabe, à derrubada efetiva

da ditadura e à construção de um processo revolucionário que desembocasse no socialismo ou em formas de transição nessa direção. Encontrava-se aí, já desgarrado do PCB, na iminência de abandoná-lo (o que ocorreria meses depois, em março de 1980), misturado a ex-militantes das esquerdas revolucionárias, Luiz Carlos Prestes.

Aproveitando-se dessas brechas entre as oposições, incentivando-as, o governo propôs uma reforma partidária, aprovada em fins de novembro de 1979. Desmontando o bipartidarismo instaurado em 1965, propiciou a criação de seis partidos.

O campo conservador, embora já dilacerado por divergências, permaneceu ainda fundamentalmente unido, convergindo-se a Arena no PDS. No entanto, alguns de seus cabeças, como Magalhães Pinto, migraram para formar, com líderes moderados do MDB, como Tancredo Neves, o Partido Popular (PP), destinado a ocupar um lugar de centro, equidistante dos radicalismos de direita e de esquerda. O MDB reconstituuiu-se como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pois, nos termos da reforma aprovada, o termo “partido” era formalmente exigido, guardando como correntes internas os comunistas do PCB e do PC do B, além de grupos clandestinos menores.

Formaram-se ainda três partidos. O campo do trabalho, graças à hábil manobra atribuída a Golbery, cindiu-se em duas siglas: a tradicional, o PTB, ficou sob o comando de Ivete Vargas, antiga liderança que colaborara sempre com a ditadura. Bloqueado em seus objetivos de se reapropriar da prestigiosa sigla, Leonel Brizola não teve alternativa senão fundar uma nova legenda: o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Finalmente, na esquerda extrema, sob a liderança de Lula e de

outros sindicalistas, articulando organizações e grupos renascentes das esquerdas revolucionárias e os militantes da esquerda católica, formou-se o PT, fundado em fevereiro de 1980.

De sorte que, no chamado *verão da anistia*, entre dezembro de 1979 e março de 1980, constituiu-se uma nova estrutura política-partidária no país. Com algumas mudanças, advindas de fragmentações e reagrupamentos ulteriores e do surgimento de novos atores, condicionaria a construção democrática até os dias de hoje.

Se na articulação da reforma partidária o governo parecia colher frutos, conseguindo quebrar a unidade da "frente antideitorial" que o MDB passara a encarnar desde 1974, o mesmo não se podia dizer do enfrentamento com suas oposições de direita, dispostas a paralisar e implodir os projetos de "aperfeiçoamento democrático". Os elementos mais decididos nesse campo estavam nos aparelhos de segurança, ou a eles associados, protegidos pelas alturas do Estado, numa extensão até hoje mal-esclarecida.

Depois de uma série de atentados a bomba, realizados impunemente, esses elementos resolveram "comemorar", a seu modo, em fins de agosto de 1980, o primeiro ano da aprovação da Lei da Amnistia. Através de cartas-bomba, tentaram matar, no Rio de Janeiro, o presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, e um vereador do MDB, Antonio Carlos de Carvalho, vinculado ao MR-8, então na clandestinidade. Uma terceira carta-bomba foi deixada no jornal *Tribuna da Imprensa*, também no Rio de Janeiro. As bombas mataram Lyda Monteiro da Silva, secretária do presidente da OAB, e mutilaram José Ribamar de Freitas, assessor do vereador. Os atentados provocaram comoção nacional e o enterro de d. Lyda trans-

formou-se numa grande passeata de protesto. Entretanto, as investigações deram em nada, expondo as poderosas conexões que seus autores tinham no Estado.

Quase um ano e meio depois, os aparelhos de segurança voltariam a preparar um novo atentado, ainda mais devastador, caso se efetivasse, que ocorreria por ocasião de um show realizado no Riocentro, no Rio de Janeiro, em comemoração ao Primeiro de Maio. Por inadvertência dos autores, frustrou-se a ação, pois uma das bombas que explodiria no meio da multidão acabou detonando no colo do terrorista, Guilherme Pereira do Rosário, sargento do DOI-Codi, ferindo ainda gravemente o capitão Wilson Dias Machado, lotado no mesmo órgão, que o acompanhava e chefiava.

Resultou em novo escândalo de dimensões nacionais, mas no inquérito aberto pelo governo nada se apurou e não houve punições, embora fossem óbvios os responsáveis. O general Golbery, contrariado, demitiu-se. Figueiredo parecia enfraquecido e desmoralizado, e nunca mais foi o mesmo depois desse episódio: não se queria cúmplice do ato terrorista, contudo não tinha força, ou vontade, para ir além de bravatas patéticas, mostrando-se incapaz de controlar aquela conspiração. O fato é que foram tomadas providências, nunca anunciadas e até hoje não sabidas, pois os "órgãos de segurança" não mais se manifestaram. Apesar de não terem sido desmantelados, foram gradativamente desativados, protegidos sempre pelo corporativismo institucional*, quando não pela solidariedade política.*

* O capitão Wilson Dias Machado chegou ao coronelato. Entre outras funções, exerceu a de professor no Colégio Militar de Brasília.

Vencida a ameaça da direita extrema, o primeiro teste da nova paisagem político-partidária ocorreu nas eleições de novembro de 1982, para governadores e prefeitos, Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais. Havia ali desafios, não apenas pelo caráter geral do pleito, mas também porque, pela primeira vez desde 1965, seriam diretas as eleições para os governos estaduais.

Mesmo com a multiplicação das legendas, a polarização básica manteve-se entre os sucedâneos dos partidos mais conhecidos, o PDS, a Arena reconvertida, e o PMDB, sucessor do MDB. O primeiro elegera doze governadores, todo o Nordeste, da Bahia para o norte, e um outro grande estado, o Rio Grande do Sul. Fez ainda a maior bancada da Câmara e do Senado e a maioria dos vereadores e prefeitos. Já o PMDB, reforçado por Tancredo Neves e seus amigos, que haviam desistido de formar o PP, elegera nove governadores. Vítórias expressivas porque, entre elas, estavam três dos mais importantes estados da federação: São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A surpresa, igualmente beneficiando as oposições, veio do Rio de Janeiro, com a vitória de Leonel Brizola, do PDT.

Para a Câmara Federal, o quadro não foi muito diferente. O PDS (235 cadeiras) e o PMDB (duzentas) fizeram quase todos os eleitos, 435 em 479 deputados. O PDT fez 23 deputados; o PTB, treze; e o PT, oito. Se somadas, a opinião conservadora e as oposições moderadas demonstraram nítido predomínio. Depois de longos anos de ditadura, o país tornara-se mais conservador ainda do que antes. Um banho de água fria na fervura dos que imaginavam possível a existência de hipóteses de ruptura revolucionária. Pelo menos a curto prazo elas não se realizariam.

Entretanto, houve uma novidade de peso: o partido do governo, o PDS, embora com a maior bancada na Câmara dos Deputados, tinha menos cadeiras que as oposições reunidas, com 244 deputados. É verdade que o PTB, com treze deputados, era mais governista do que oposicionista, o que contrabalançava os números apresentados pelas oposições. No cômputo geral, porém, confirmara-se o inegável deslocamento dos votos a favor das oposições, pelo menos nos centros mais importantes do país. Ele exprimia a crítica às heranças da ditadura e a formas diversas de autoritarismo e a inquietação frente à incapacidade do governo de lidar com as condições econômicas adversas.

Com efeito, o sucesso e a euforia do "milagre econômico" eram agora coisas do passado. Ao longo de 1979, primeiro ano do governo Figueiredo, na esteira da revolução iraniana, que mudou o quadro das relações internacionais, houve o segundo choque do petróleo, provocando a duplicação dos preços já elevados do "ouro negro". Voltaram a se apertar, desde então, as margens do comércio externo. Nesse contexto, nem mesmo os êxitos parciais do governo Geisel conseguiram ser mantidos. As contradições, ou os limites, do crescimento econômico anteriormente alcançado – expressos numa brutal concentração de renda social e regional e num enorme endividamento exterior – tornavam-se claras. Na atmosfera de liberdade reconquistada, eram mais criticadas do que nunca e apresentadas como problemas estruturais, decorrentes dos governos da ditadura. Assim, em lugar do anunciado III PND, explodiu a crise da dívida externa e contraiu-se a taxa de crescimento, disparando o desemprego e a inflação, um coquetel fatal ao prestígio de qualquer governo.

No primeiro biênio – 1979-80 –, ainda foi possível manter taxas positivas de crescimento. Mesmo assim, com uma inflação na casa dos 100% anuais, registrados em 1980, tais taxas convertiam-se em miragens para milhões de trabalhadores, que dispunham apenas de reajustes semestrais.

Entre 1981 e 1983, o país descia ladeira abaixo, com uma perda real de cerca de 7% e a inflação oscilando entre 95% e 100%. Em 1982, no redemoinho da crise internacional desencadeada pela economia do México, incapaz de saldar seus débitos, o país esteve à beira da insolvência, salvando-se, *in extremis*, com o apoio do FMI e do governo dos Estados Unidos, que diziam, não sem razão, que “o Brasil era muito grande para falar”. Temiam, é claro, as repercussões que o fato poderia suscitar na América Latina e em todo o mundo. Em 1984, último ano de Figueiredo na Presidência, o país voltou a registrar crescimento, de cerca de 5%, mas a grande massa da população não sentia seus efeitos com a inflação galopando em torno de 200%.⁴ Na cúpula do poder, o presidente dava mostras de desorientação, não se interessando pelo exercício do cargo. Desde 1983, anunciou que entregava ao PDS as articulações para a sua sucessão. Carrregava um desgaste político e pessoal que, em boa medida, exprimia – e simbolizava – o sistema que representava, cujas heranças mal conseguira administrar.

A primeira metade dos anos 1980 foi difícil para as classes trabalhadoras. Os altos e baixos do crescimento econômico, combinados com o desemprego em alta e os reajustes sempre inferiores à inflação, toldavam os horizontes. Em compensação, as liberdades democráticas de expressão e de organização, readquiridas, apesar das ressalvas que ainda pudessem ser feitas, abriam margens apreciáveis de luta.

Foi nessa atmosfera que se realizou, em agosto de 1981, a Primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), reunindo cerca de 5 mil delegados vinculados a mais de mil sindicatos. Depois do fim da ditadura, foi a primeira e última vez que estiveram juntas todas as tendências do movimento sindical brasileiro, das alas mais moderadas às mais radicais. Das divergências então evidenciadas se criariam duas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), próxima ao PT, formada em agosto de 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em março de 1986, próxima do PMDB e também apoiada, em seus primórdios, pelos comunistas do PCB e do PC do B.

Depois dos grandes movimentos sociais registrados em fins dos anos 1970, desdobraram-se inúmeros outros, setoriais e parciais, urbanos e rurais, exibindo a disposição de luta dos assalariados – inclusive de classe média – para não suportarem sozinhos o ônus do processo inflacionário. É certo afirmar que se essas lutas não tivessem existido as perdas das classes populares teriam sido bem mais altas, ganhando destaque, nesse sentido, três tentativas de organizar greves gerais no país: em 1983, 1986 e 1987. Os resultados foram desiguais e declinantes. As expectativas em torno de um novo sindicalismo, inteiramente livre da tutela – e da proteção – do Estado foram minguando na mesma proporção. Basta ver como evoluiu a questão do imposto sindical. Cobrado de todos os trabalhadores, mesmo sem filiação sindical, constituirá, desde o Estado Novo, a base material de uma burocracia autônoma em relação aos trabalhadores e suas lutas. Condenado com vigor em 1979, considerado pelas alas mais radicais um decisivo nó a ser desatado, foi cada vez menos atacado, e com menos força, até

começar a ser sustentado, cada vez mais abertamente. Ao contrário do que esperavam tendências renovadoras, a estrutura sindical corporativista estatal, em novos termos, redefinida, permanecia lúpida e fagueira e se consagraria, como veremos, pela Constituição de 1988.

Enquanto as lutas sindicais exauriam-se na defesa de pautas relativas às condições de vida e de trabalho, o movimento mais relevante no período – o das Diretas-Já – assumiu um caráter político. Exigia-se aí o retorno das eleições diretas para presidente da República. Tratava-se de pressionar o Congresso a votar a favor de uma emenda constitucional, proposta pelo deputado Dante de Oliveira, do PMDB, para que as eleições presidenciais seguintes, previstas para janeiro de 1985, se verificassem diretamente, restaurando-se a tradição anterior ao golpe de 1964.

A campanha das Diretas-Já e a eleição de José Sarney

Iniciando-se de maneira tímida em fins de 1983, a campanha das Diretas-Já tomou fôlego e ganhou intensidade, desaguando no maior movimento político da história da República. Nos primeiros meses de 1984, dezenas de comícios de massa ocorreram em todas as grandes cidades e mesmo em cidades medianas. Na reta final, houve comícios de 300 mil pessoas em Belo Horizonte (24 de fevereiro), 250 mil em Goiânia (12 de abril), 200 mil em Porto Alegre (3 de abril). Os maiores reuniram 1 milhão de pessoas, no Rio de Janeiro (10 de abril), e 1,5 milhão, em São Paulo, no comício de encerramento, em 16 de abril.

Constituiu-se uma formidável frente única, com a participação de todos os principais líderes políticos oposicionistas.

Uma nova e notável inversão de tendências em relação ao que se verificara em 1979, quando da reforma partidária. Não quele episódio, como se viu, enquanto os políticos da Arena mantinham-se coesos, constituindo, quase todos, o PDS, as oposições dividiam-se em cinco partidos distintos. Agora, era o contrário: enquanto os políticos do PDS dividiam-se em divergências e intrigas, as oposições uniam-se em torno de um mesmo objetivo. Da campanha pelas eleições diretas participaram Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes, Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Freire, Orestes Querécia, entre muitos e muitos outros políticos. Do mais moderado ao mais radical, de ex-partidários da ditadura aos que sempre se haviam colocado em oposição, de antigos exilados a lideranças recentes, todos se uniram e parecia que, efetivamente, nada poderia conter aquela pressão.

Entretanto, a emenda Dante de Oliveira, posta a votos em 25 de abril de 1984, teve ampla maioria (298 votos a favor contra 65, e três abstenções), mas não conseguiu, por 22 votos, alcançar o quórum legal da maioria absoluta, necessário para a sua aprovação (113 deputados não compareceram).*

Foi uma imensa frustração, logo seguida por intensas articulações para lançar Tancredo Neves, governador eleito de Minas Gerais, candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Para disputar a eleição indireta, formou-se uma frente política – a Aliança Democrática – com políticos dissidentes do

* Mesmo aprovada na Câmara, não é certo que a emenda fosse vitoriosa, pois ainda teria de passar pela aprovação do Senado Federal, onde a maioria do PDS era sólida, com o apoio dos "bônicos".

PDS. Impedidos de votar em candidatos de outros partidos pela disciplina partidária imposta pela legislação, constituíram o Partido da Frente Liberal (PFL). Reuniam-se ali eminentes lideranças civis que haviam apoiado a ditadura ao longo de toda a sua existência: José Sarney, Marco Antônio Maciel, Antônio Carlos Magalhães, entre outros. Para consolidar a aliança, decidiu-se que José Sarney seria o candidato à vice-Presidência na chapa encabeçada por Tancredo Neves. Como a lei em vigor obrigava o voto fechado em chapa de um único partido, Sarney filiou-se ao PMDB.

A manobra surpreendeu as lideranças do PDS, que não tiveram tempo nem forças para reagir.

Assim, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram sufragados por 480 votos contra apenas 180, dados a Paulo Maluf, do PDS, registrando-se 26 abstenções.*

Por uma ironia do destino, quem tomou posse, afinal, como se sabe, foi José Sarney, devido à súbita doença de Tancredo Neves, que o levaria à morte em 21 de abril, suscitando outra comoção nacional. Um marco – e um símbolo – do caráter *transicional* do processo que levou da ditadura à democracia no país. Mais do que qualquer outro, Sarney explicitou, nesse momento, e mais uma vez, a importância decisiva da migração política de ex-adeptos da ditadura para posições favoráveis à restauração democrática. No mesmo sentido, foi relevante a solicitação do beneplácito dos ministros militares, já escolhidos por Tancredo, para que apoiassem aquele desfecho inusitado. Acolhida favoravelmente, a gestão não deixou de sublinhar a

permanência – enviesada – da tutela militar sobre as instituições da República.

Saiu João Figueiredo, entrou Sarney, mas a prioridade da política econômica continuava a mesma: conter a inflação e refinanciar a colossal dívida externa para evitar a moratória, um esforço que parecia perdido. Em fevereiro de 1986, o governo lançou o Plano Cruzado, que congelava preços e salários e inventava uma nova moeda: o cruzado. Os resultados imediatos suscitaram otimismo, sobretudo nas camadas populares, entusiasmadas com seu poder aquisitivo subitamente elevado, o que revelou o duplo caráter do processo inflacionário: condutor dos salários dos pobres e concentrador da renda nacional, nas mãos dos ricos.

A essa altura, frutos dos acordos firmados no âmbito da Aliança Democrática entre o PMDB e o PFL, foram aprovadas pelo Congresso duas importantes reformas. Em maio de 1985, a Emenda Constitucional n.º 25 restabeleceu as eleições diretas em todos os níveis – presidencial, estaduais e municipais (no período ditatorial, os prefeitos das capitais e de outras dezenas de cidades haviam passado a ser nomeados). Ao mesmo tempo, reformou a legislação eleitoral, modificando, ligeiramente, os dispositivos fixados pelo “pacote de abril”: nenhuma unidade da federação poderia ter mais de sessenta deputados ou menos de oito. Quanto aos territórios, tiveram acrescidas suas bancadas de dois para quatro deputados. Ou seja, embora o “teto” dos grandes estados registrasse uma pequena elevação (de 55 para sessenta), aumentou desproporcionalmente o patamar mínimo dos pequenos e de territórios, favorecendo o voto dos chamados “grotões”, onde eram mais fortes as tendências conservadoras.

* O total excede o número de membros do Congresso Nacional porque participavam do Colégio Eleitoral delegados das assembleias legislativas.

Pouco depois, em novembro, através da Emenda Constitucional n.º 26, definiu-se que o pleito seguinte, previsto para novembro de 1986, elegeria um Congresso com poderes constituintes. Também foram revogadas as restrições da reforma aprovada em 1979, ampliando-se consideravelmente as margens para organizar partidos políticos. Como consequência, além dos já existentes, formaram-se mais 23 partidos, entre os quais siglas tradicionais, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Liberal (PL). No embalo, outra novidade – a legalização dos partidos comunistas originados na cisão de 1962: o PCB e o PC do B.⁵

Todas as novas legendas disputaram as eleições de novembro de 1986, criando-se as condições para que a transição política se consumasse com a elaboração e a aprovação de uma nova Constituição.

A ALEGRIA COM OS EFEITOS DO Plano Cruzado durou pouco, não mais do que um ano, mas foi suficiente para que o PMDB, nas eleições de novembro de 1986, elegesse a maior bancada no Congresso e quase todos os governadores, com exceção do estado de Sergipe, onde o PFL venceu. Um triunfo impressionante. Vitória assim nunca mais se repetiria, nem para o PMDB nem para nenhum outro partido.

Votaram 69 milhões de eleitores, cerca de 70% vivendo nas cidades. O PMDB fez 260 (53,16%) deputados; o PFL, seu principal aliado, 118 (24,13%). Ou seja, com os seus 378 deputados (77,29%), os dois partidos da Aliança Democrática já constituíam a maioria dos votos do Congresso Constituinte (489 deputados + 72 senadores = 561 parlamentares), mesmo sem contar com as bancadas no Senado Federal, onde também eram majoritários.* Como formações medianas, apareciam quatro partidos: o PDS, com 33 deputados (6,74%);** o PDT, de Brizola, com 24 (4,90%); o PTB, com dezessete (3,47%); e o PT,

* Participaram dos trabalhos da Constituinte 596 parlamentares: 561 efetivos, mais 25 suplentes de deputados e dez suplentes de senadores. Os dados relativos aos trabalhos da Assembleia Constituinte foram extraídos de duas fontes: o Portal da Câmara dos Deputados e o livro organizado pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados em 1992.

** O declínio da ex-Arena, aparentemente expresso nesses números, deve ser relativizado, pois parte importante de seus ex-membros tinha migrado para o PFL ou para outros partidos, inclusive o PMDB.

7. A Constituição de 1988 e a restauração da democracia